Dis(PUTAS) entre Jornalismo e Ativismo: (Des)criminalização simbólica da Prostituição no Brasil[1]

Tamires Ferreira COÊLHO[2]
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG
Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

Adriana Maria CUNHA[3]

Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG

Resumo

Em agosto de 2015 a Anistia Internacional passou a apoiar a descriminalização da prostituição, ganhando visibilidade midiática. No Brasil, o fato repercutiu nos sites *G1* e *Correio Braziliense* e foi pautado em páginas do *Facebook* (*Daspu Davida* e *Observatório da Prostituição)*. Analisamos quais abordagens foram privilegiadas e como a prostituição é tratada nesses espaços. Apesar de abordarem a prostituição, os sites não problematizam ou dialogam sobre as causas das prostitutas, ainda que a profissão não seja criminalizada no Brasil. As páginas no *Facebook* possuem potência de subversão do discurso midiático, constituindo-se enquanto espaços alternativos, mas esses espaços são subutilizados, se considerarmos a necessidade de descriminalização simbólica das prostitutas no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Prostituição; Jornalismo; Descriminalização; Movimentos Sociais.

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Professora Substituta do curso de Jornalismo na UFOP; Doutoranda em Comunicação Social na UFMG com estágio doutoral na Université Paris-Sorbonne/França (École des Hautes Études en Sciences de l'Information et de la Communication-CELSA), bolsista da CAPES; Associada aos grupos de pesquisa GRIPIC, Processocom, GRIS e à Red AmLat; e-mail: tamiresfcoelho@gmail.com.

[3] Mestre em Teoria Literária e Crítica de Cultura pela UFSJ; e-mail: drisjdr@hotmail.com.

1. Contextualização: colocando a prostituição em cena

Diante de um contexto global em que os trânsitos e intercâmbios (em seus mais variados aspectos) estão cada vez mais dinâmicos, as questões ligadas à prostituição também se tornam mais complexas. Em 2005, Piscitelli já tratava, na edição da revista *Cadernos Pagu* intitulada "Mercado do Sexo",[4] da relação do mercado do sexo com a transnacionalização, entendida como o processo "de atravessar fronteiras nas quais os migrantes estabelecem relações complexas com diferentes locais e formam comunidades novas e diferentes" (Piscitelli, 2005, p. 10). Isso, associado a outros fatores, culminou na decisão da *Anistia Internacional*, em 11 de agosto de 2015, de apoiar a descriminalização da prostituição, algo que ganhou visibilidade midiática mundial e gerou debates em muitos países.

Percebemos a importância do posicionamento da *Anistia Internacional* ao apoiar a descriminalização da prostituição, afinal, essa organização não-governamental está presente em mais 150 países, tem mais de 7 milhões de apoiadores e "realiza ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos".[5]

A prostituição é tratada de formas diferentes, de acordo com aspectos culturais, econômicos e sociais de cada país. Em 2013, a França aprovou um projeto de lei que criminalizava os clientes da prostituição;[6] em 2015, um novo projeto de lei buscava a criminalização da própria prostituição, o que gerou manifestações populares contra a proposta.[7] Na Holanda, um dos primeiros países a legalizar a prostituição, percebe-se

[4] Disponível no endereço: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0104-833320050002&script=sci_issuetoc>.

[5] De acordo com o site da Ong: <https://anistia.org.br/conheca-a-anistia/quem-somos/>.

[6] De acordo com matéria jornalística: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/franca-aprova-lei-que-criminaliza-clentes-de-prostituicao-1614568>.

[7] De acordo com matéria jornalística: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/prostitutas-fazem-ato-em-paris-contra-criminalizacao-da-prostituicao.html>.

que a prática ainda suscita preconceito social,[8] assim como na Alemanha, onde a prostituição foi legalizada em 2002.[9]

No Brasil a prostituta entrou para o Código Brasileiro de Ocupações (CBO), na versão de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego, no item "Profissional do Sexo" que apresenta também: "Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Trabalhador do sexo".[10] Entretanto, a resistência em legalizar a profissão permanece.

A prática da prostituição não é considerada criminosa, de acordo com a legislação brasileira, mas as profissionais do sexo não gozam de benefícios ou proteção trabalhista. No Código Penal Brasileiro, há apenas quatro artigos relacionados à prostituição e que configurariam crime. Os artigos 228, 229, 230 e 231 tratam, respectivamente, do favorecimento da prostituição; da manutenção de casas de prostituição; do aproveitamento da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar por quem a exerça; e do tráfico de mulheres.[11]

Assim, se a prostituição em si não representa crime, há situações em seu entorno que a associam ao ambiente da criminalidade, como percebe Juliano (2005) ao afirmar que a prostituição é um "âmbito separado das outras condutas sociais, caracterizado pela marginalidade e a discriminação"[12] (Juliano, 2005, p. 81). Gabriela Leite (2009) compartilhava a mesma opinião, ao comentar sobre o Código Penal Brasileiro e os artigos nele presentes que se referem à prostituição, citados anteriormente, que teriam como objetivo a proteção da prostituta, mas que, segundo ela, surtem o efeito contrário: "A prostituta acabou no meio da total marginalidade porque aqueles que a cercam são considerados criminosos e, de alguma forma, transferem essa condição a ela" (Leite, 2009, p. 61). Ela cita o exemplo da cafetina que precisa gastar dinheiro com a corrupção

---

8 Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/legalizacao-da-prostituicao-nao-atinge-objetivos-na-holanda>.

9 Disponível em: <http://www.cahrv.uni-osnabrueck.de/reddot/BroschuereProstGenglisch.pdf>.

10 Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>.

11 De acordo com o Portal de Justiça Brasileiro: <http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=artigos+228%2C+229%2C+230+e+231+do+c%C3%B3digo+penal>. Acesso em: 18 fev. 2016.

12 "[...] ámbito separado de las otras conductas sociales, caracterizado por la marginalidad y la discriminación".

(já que precisa "comprar o silêncio" de policiais para que não a denunciem), pagar suas contas e ainda fazer sobrar muito dinheiro para ela própria; "um dinheiro que a puta jamais verá" (Leite, 2009, p. 61).

À revelia das dificuldades enfrentadas para se tratar da prostituição no país, no que se refere à esfera trabalhista, algumas tentativas têm sido feitas para se aprovar um projeto que atenda algumas de suas demandas. Em 2003, o deputado Fernando Gabeira, com o apoio do movimento organizado das prostitutas, deu entrada ao Projeto de Lei (PL) nº 98/2003, para a respectiva legalização. Depois de quatro anos de tramitação no Congresso, o processo foi arquivado em janeiro de 2011. Em 2012, foi a vez do deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), fazer uma nova tentativa e apresentar outro PL, o de nº 4.211/12. O projeto leva o nome da ativista Gabriela Leite e dentre suas principais proposições estão: a proibição da exploração sexual, especialmente de menores, e a permissão dos serviços sexuais prestados de forma autônoma ou por meio de cooperativas, bem como por meio das casas de prostituição, desde que não haja a exploração sexual. O texto apresenta também a proposta de aposentadoria para profissionais do sexo após 25 anos de trabalho.[13] Atualmente, o Projeto está "aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa" ou, em outras palavras, os deputados federais evitam discutir a questão, porque sabem que a prostituição ainda é amplamente estigmatizada pela sociedade brasileira. A isso é somada uma composição extremamente conservadora no Congresso Nacional e o crescimento da quantidade de deputados religiosos, que desestimulam uma série de debates em torno dos direitos das mulheres e de pessoas LGBTQ (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e queer), além de não considerarem que projetos como o "PL Gabriela Leite" mereçam prioridade.

Os meios de comunicação, por sua vez, exploraram bastante o movimento organizado de prostitutas quando ele já existia há mais de 10 anos, em um contexto bem específico: em 2005, o movimento de prostitutas inaugurou uma marca de roupas denominada *Daspu*, em referência jocosa à butique de luxo paulistana *Daslu* que estava sendo acusada pelo crime de sonegação fiscal, através de uma operação da Polícia

[13] De acordo com o *site* da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/EIS-A-QUESTAO!/430702-A-REGULAMENTACAO-DA-PROSTITUICAO-NO-BRASIL.html>. Acesso em: 4 set. 2013.

Federal,[14] acontecimento que ocupou os principais noticiários do país e escandalizou a sociedade.

A Daspu esteve na mídia, pelo menos, até 2007 e o movimento organizado pode divulgar mais amplamente suas bandeiras e discutir as violências sofridas pelas prostitutas. Entretanto, de lá para cá, elas não ocupam mais o mesmo espaço na mídia hegemônica e contam, principalmente, com as redes sociais para reverberarem seus pontos de vista e suas cores ideológicas. O assunto volta à pauta do dia, eventualmente, quando há fatos considerados noticiáveis, como foi o caso da campanha de descriminalização feita pela *Anistia Internacional*, mas as matérias logo são "engavetadas" e não chegam, de fato, a promover um debate entre a classe e a sociedade.

Neste artigo, partimos do pressuposto que a legalização (ou descriminalização) da prostituição deve passar, inexoravelmente, por um processo anterior de descriminalização simbólica das prostitutas junto à sociedade. Neste sentido, sociedade civil e poder político necessitam promover espaços de "escuta qualificada", termo utilizado pela teórica indiana Gayatri Spivak (2010) para denunciar uma tendência em "falar pelos sujeitos subalternos". Para Spivak, é tarefa dos intelectuais pós-coloniais combater a subalternidade, ou seja, a situação das pessoas que estão nas "camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante" (Spivak, 2010, p. 12). Assim, para combater a subalternidade, faz-se necessário "ouvir" (os subalternos), no que de mais amplo possa evocar essa ação.

Trazemos, mais especificamente, uma análise das notícias veiculadas em dois sites de repercussão nacional e pertencentes a tradicionais conglomerados midiáticos, *G1* e *Correio Braziliense,* ambas intituladas "Anistia Internacional apoia descriminalização da prostituição".[15] Além disso, também observamos como esse

[14] De acordo com matéria publicada no *site* da Justiça Federal de São Paulo. Disponível em: <http://www.jfsp.jus.br/20090326-daslu/>. Acesso em: 04 fev. 2016.

[15] Disponíveis em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/08/anistia-internacional-apoia-descriminalizacao-da-prostituicao.html> e

acontecimento foi abordado em dois espaços alternativos que concentram ativistas da causa na rede social *Facebook:* a página *Daspu Davida* (da organização não-governamental Davida) e a página *Observatório da Prostituição* (que aborda as questões em torno da prostituição em um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Analisamos quais abordagens foram privilegiadas e como a prostituição foi tratada nesses espaços, no que concerne ao acontecimento constituído em torno do apoio da OnG *Anistia Internacional* à causa.

2. Pode a prostituta falar? Reverberação da prostituição em meios jornalísticos e espaços alternativos online

A prostituta deve ser considerada "como um espaço de agência no qual se faz um uso ativo da ordem sexual existente" (Piscitelli, 2005). Elas estão à margem não somente nas estruturas patriarcais e machistas da sociedade em que vivemos, mas por vezes também são estigmatizadas em grupos feministas. Ao mesmo tempo em que, para alguns, são o símbolo máximo da submissão a uma sociedade misógina, as prostitutas também são observadas à luz da emancipação do corpo feminino. A agência, sobretudo das mulheres prostitutas, rompe com a ordem (evocando a partilha do sensível rancieriana). No jogo complexo entre disputas e complementaridade das instâncias policial e política (Rancière, 2009), em que a polícia fixa papéis e a política é irrupção, reconfiguração e questionamento de papéis, parece-nos evidente que os movimentos em prol dos direitos das prostitutas mais têm questionado padrões e gerado inquietações quanto ao corpo feminino.

> Elas estão fora da ordem, elas são a desordem daquilo que tá posto. E, ao serem fora da ordem, em alguns momentos, elas estão questionando justamente essa ordem do feminino na nossa sociedade. E uma das questões é justamente a sua sexualidade. No meu ponto de vista, não há descolonização de gênero sem descolonização da sexualidade […] Então elas falam assim: "ser puta é uma questão de identidade. Puta sou eu: mulher adulta, consciente do meu trabalho, que desenvolvo um trabalho na rua, que estou exposta, que tenho carregado historicamente um estigma social por

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/08/11/internas_polbraeco,494193/anistia-internacional-apoia-descriminalizacao-da-prostituicao.shtml>.

> conta da minha condição profissional". Então ser puta pra elas é também uma questão de identidade. (Carvalho, 2016).

Assim o ruído e a desordem da norma ocorrem de tal forma que muitas teorias de gênero atreladas aos feminismos não se posicionam efetivamente diante das questões que envolvem a prostituição. E, se é um assunto delicado no campo dos estudos de gênero, podemos imaginar o quão complicado pode ser para o jornalismo abordar essas questões, diante de uma complexa circulação de sentidos evocada por essa atividade-identidade prostituta. Por outro lado, apesar de abordarem eventualmente a prostituição em matérias e reportagens, é perceptível que os meios jornalísticos brasileiros não problematizam ou dialogam sobre as causas das prostitutas, ainda que a profissão não seja criminalizada no Brasil.

Diante de matérias jornalísticas que copiam e colam material de agências de notícias e que não se preocupam nem mesmo em alterar o título, publicando conteúdos praticamente iguais (a exceção de uma imagem utilizada no *G1* e das descrições nas chamadas das duas matérias que variam muito pouco), nossa análise será menos enfática no conteúdo e mais incisiva nos silenciamentos desses importantes meios de comunicação brasileiros diante um acontecimento de tamanha repercussão internacional e com tantos embates discursivos.

As matérias veiculadas pelos sites do *G1* e do *Correio Braziliense* são a mesma; no primeiro meio eles citam como fonte a agência de notícias *France Presse* e, no segundo, citam a *Agência Estado*. A matéria se limita a informar sobre a resolução da Anistia e citar alguns órgãos favoráveis ou contrários a ela; em nenhum momento alguma prostituta, ou órgão de defesa dos direitos das prostitutas foi "ouvido". Não houve tampouco um debate que trouxesse a questão implicando o cenário brasileiro.

globo.com | g1 | globoesporte | gshow | famosos & etc | vídeos

MENU G1 MUNDO

11/08/2015 15h34 - Atualizado em 11/08/2015 15h34 AFP

Anistia Internacional apoia descriminalização da prostituição

ONG aprovou projeto que pede descriminalização do comércio sexual. Resolução ressaltou que condena prostituição infantil e tráfico de pessoas.

Da France Presse

FACEBOOK

Captura de tela da matéria publicada pelo *G1*

www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/08/11/internas_polbraeco,494193/anistia-internacic

CORREIO BRAZILIENSE

Pesquise

Capa | Cidades-DF | Brasil / Política | Economia | Divirta-se Mais | Mundo | Diversão e Arte | Ciência e Sau

Correio Digital | Concursos | Especiais | Superesportes | Eu, Estudante | Vídeos | Fotos | Blogs | Classif

Inicio / Brasil / Política / Anistia Internacional apoia descriminalização da prostituição

PUBLICIDADE

Anistia Internacional apoia descriminalização da prostituição

Ao mesmo tempo, a resolução insiste na perseguição à prostituição infantil, ao tráfico de pessoas e em geral a qualquer prostituição forçada, e que seja garantido que os que queiram abandoná-la possam fazê-lo

T+ T- compartilhar: Facebook Google+ Twitter

log.outbrain.com...

Captura de tela da matéria publicada pelo *Correio Braziliense*

Dessa forma, percebemos que o âmbito da produção jornalística (se é que podemos chamá-la assim) sobre o acontecimento limitou à investigação de informações pela agência de notícias que distribuiu o material replicado nos meios de comunicação. Considerando o processo produtivo da informação midiática segundo Charaudeau (2016), neste caso que selecionamos não há, por parte dos meios analisados, nem esforços de seleção de informações segundo critérios, tampouco de organização de

informações com intenções de efeito, nem comentários explicativos que concatenem o acontecimento e as declarações para além do que as agências divulgaram; por fim, o debate (que deveria ser o foco das publicações de matérias que envolvem temas polêmicos, como este que tratamos aqui) é inexistente.

Se a prostituta não pode ocupar espaços em matérias jornalísticas que tratam de suas questões, esta era também uma tendência ao se discutir sobre prostituição no âmbito acadêmico: "a prostituta não fala. Falamos por ela". Uma prática que vem sendo modificada. Piscitelli (2005) traz exemplos de produções acadêmicas em conjunto com as prostitutas: um "procedimento que concede a essas mulheres o estatuto de agentes, é considerado uma ação política radical, pois toma como pressuposto a legitimidade das ações das prostitutas" (Piscitelli, 2005, p. 16). É especificamente este questionamento que norteia Spivak (2010): *Pode o subalterno falar?* Claramente percebemos uma exclusão que deslegitima a "fala" dessa sujeita subalterna, um processo que envolve lugares de fala e disputas hegemônicas. Foucault (1988) ressalta que não basta fazer uma divisão entre o que se diz e o que não se diz, mas tentar perceber as diferentes formas de não dizer, observar quem pode e não pode dizer, quais os discursos são autorizados e de que forma eles podem ser ditos. "Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos" (p. 34). A antropóloga argentina Dolores Juliano (2005), em um estudo sobre a prostituição, afirma: "fala-se sobre elas, porém sem escutá-las"[16] (Juliano, 2005, p. 83). De acordo com a líder do movimento de prostitutas no Brasil, Gabriela Leite: "Têm que nos ouvir; não podem achar que sabem o que é melhor para nós. Não podem ignorar o nosso discurso, nós temos o nosso movimento" (Dantas, 2006, p. 55).

De maneira similar ao desperdício do potencial das reportagens no tratamento do acontecimento em torno do apoio da *Anistia Internacional* contra a criminalização da prostituição, há também uma subutilização dos espaços alternativos do *Facebook*. As reportagens "contam histórias. Elas afirmam que 'houve um tempo', encadeiam episódios, organizam saltos ou flashbacks na história, podem capturar o leitor em uma dinâmica de aventuras e enredos" (Neveu, 2016, p. 33), enquanto as páginas no

[16] Traduzido do espanhol: "Se habla sobre ellas per sin escucharlas".

Facebook possuem potência de subversão do discurso midiático sobre a prostituição, constituindo-se enquanto espaços alternativos, mas esses espaços são também mal aproveitados no caso analisado, se considerarmos a necessidade de estímulo ao debate social tendo em vista a descriminalização simbólica das prostitutas no contexto brasileiro.

As páginas no *Facebook* ligadas ao movimento das prostitutas *Daspu Davida* e *Observatório da Prostituição* pouco se pronunciaram sobre a resolução da Anistia e de maneira pouco incisiva. A primeira postou três links de notícias veiculadas por meios jornalísticos internacionais (duas em inglês e uma em espanhol) na sua linha do tempo, qualificando como "a corajosa decisão da Anistia Internacional de apoiar a descriminalização total da prostituição"; e a segunda, apenas uma postagem que dizia: "Anistia Internacional vota em favor da descriminalização do trabalho sexual!", que acompanhava um *meme* de uma criança com a inscrição "Fuck yeah". O site do *Observatório da Prostituição* também chegou a publicar uma nota simples sobre o acontecimento na ocasião, mas sem estimular explicitamente qualquer debate ou gerar discussões profundas nesses espaços.

Captura de tela de uma das postagens da página *Daspu Davida*

Captura de tela da postagem veiculada na página *Observatório da Prostituição*

Esta situação levanta questionamentos a respeito dos usos e apropriações que os movimentos sociais (ativistas) e acadêmicos podem fazer das redes sociais, já que as novas tecnologias apontam para outros contornos, no que tange à visibilidade de grupos tradicionalmente excluídos, como é o caso das prostitutas brasileiras. Considerando, portanto, os espaços sociais contemporâneos, onde discursos e ideologias disputam cada vez mais visibilidade social (inclusive online), as estratégias políticas de afirmação de identidades e de direitos à cidadania não se limitam mais apenas às formas tradicionais de ativismo político. Ao contrário, as possibilidades foram ampliadas na medida da criatividade e da ousadia dos grupos sociais e o ambiente virtual torna-se terreno fértil, com potência para gerar visibilidade e discussão de suas questões, onde "diferenças de todos os tipos, incluindo orientação política, interesses, gênero, etnia, capital cultural e geografia podem garantir espaços comunicativos especializados"[17] (Dahlgren, 2006).

Galindo Cáceres (1998) comenta sobre a cibersociedade, que abriu os espaços para a escrita, já que antes havia mais espaços destinados à leitura e, ainda assim, sob condicionamentos políticos, ideológicos e econômicos. O autor percebe esta cibersociedade como uma revolução que "trouxe novos cursos metafóricos: agora é

[17] Tradução nossa de: "Differences of all kinds, including political orientation and interests, gender, ethnicity, cultural capital, and geography, can warrant special specialized communicative spaces".

possível ler e escrever, e fazê-lo em grupo e coletivamente, não apenas interatividade mas multinteratividade, não apenas escrever, mas hipertextualidade"[18] (Galindo Cáceres, 1998, p. 11). Desta forma, as interações virtuais podem contribuir para a construção de "mundos possíveis", a partir de novas possibilidades de interpretar e de (re)significar o que se convencionou chamar de mundo real (Galindo Cáceres, 1998). Entretanto, essa possibilidade só acontece à medida que os grupos se apropriam das redes sociais de forma a fazer com que suas questões sejam não apenas registradas nestes espaços, mas que haja uma efetiva circulação e discussão de suas demandas. A emergência e circulação de sentidos em torno da resolução da Anistia, dessa forma, foi uma oportunidade perdida para abrir e ampliar o diálogo sobre a profissionalização da prostituição no país, considerando o pouco investimento dos meios e dos espaços alternativos observados.

3. Reflexões

No Brasil, ainda é possível falar em uma certa recusa em problematizar a causa das prostitutas no âmbito do jornalismo. Mesmo diante de um importante acontecimento, de algo que foi mundialmente pautado e que toca particularmente o Brasil, considerando que há intensos trânsitos/imigrações e tráficos de mulheres brasileiras com fins sexuais, temos uma situação de substituição de notícias e reportagens por conteúdo de agências, como se houvesse a necessidade de publicar algo (sem muita produndidade) apenas por publicar. Estamos falando de grandes meios de comunicação, com grande estrutura e com proximidade de grupos atuantes na causa no Brasil (não foi um problema, por exemplo, de escassez ou inacessibilidade de fontes).

Ainda há diversos estigmas associados à sexualidade feminina em um país atualmente comandado por uma bancada religiosa e machista, de forma que o corpo feminino e o desejo sexual ainda são tabus, sobretudo por seu potencial emancipatório – o que se reflete em uma prática jornalística que oferece pouco ao leitor, inundando-o

[18] Tradução nossa de: "La revolucion de la cibersociedad trajo nuevos cursos metaforicos: ahora es posible leer y escribir, y hacerlo en grupo y colectivamente: no solo la interactividad sino la multinteractividad, no solo la escritura sino la hipertextualidad".

com "mais do mesmo" sobre o que se tem medo de falar. Como se a questão da prostituição fosse algo distante do cenário brasileiro e se todo o debate em torno do apoio da *Anistia Internacional*, que gerou disputas e conflitos com celebridades internacionais, não resvalasse no cotidiano tupiniquim.

Ao mesmo tempo, percebemos uma dificuldade de apropriação de espaços alternativos pelos movimentos sociais e grupos que trabalham com as prostitutas brasileiras. Oportunidades como a que analisamos poderiam ser combustíveis de intensas discussões, mobilizando a opinião pública – ainda que apenas nas redes sociais. Isso poderia forçar uma repercussão jornalística mais cuidadosa quanto ao tema, por exemplo, multiplicando os canais de disseminação, aumentando a possibilidade de surgimento de polêmicas e controvérsias; instalando uma potente cena dissensual.

A prostituição está sendo explorada menos como identidade imposta, fixa, e mais como identidade em construção, que parte da escolha subjetiva de cada mulher. Para enxergar a prostituição enquanto escolha, possibilidade de vida e de agência, são colocados muitos desafios, dentre eles estão a descriminalização da prática. A legalização não implicará, necessariamente, uma imediata descriminalização simbólica, mas reduzirá consideravelmente a desumanização da prostituta no cenário brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Essais Critiques.** Paris: Éditions De Seuil, 1964.

CARVALHO, Cláudia. **Documentário Puta porque sim - Quando a prostituição é feminismo** (2016). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mS88SUlc0MY&feature=youtu.be>. Acesso em: 18 fev. 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Jornalístico e Posicionamentos Enunciativos: fronteiras e distanciamentos. **Revista Parágrafo**, v. 4, n. 1 (2016): 6-15.

DAHLGREN, Peter. **The Internet, Public Spheres, and Political Communication**: Dispersion and Deliberation. Disponível em:

<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/10584600590933160>. Acesso em 18 fev. 2016.

GALINDO CÁCERES, Jesús. Cibercultura, Ciberciudad, Cibersociedad: Hacia la construcción de mundos posibles en nuevas metáforas conceptuales. **Intexto**, v. 1, n. 3 (1998). Disponível em: < http://www.redalyc.org/pdf/316/31600702.pdf >. Acesso em: set. 2015.

JULIANO, Dolores. El trabajo sexual en La mira: Polémicas y estereotipos. **Cadernos Pagu**, n. 25 (2005). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 fev. 2016.

LEITE, Gabriela. Gabriela Leite. Entrevista concedida a Iracema Dantas. **Revista Democracia Viva**, v. 31, (2006): 42-57.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta:** a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Gabriela Leite em depoimento a Marcia Zanelatto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

NEVEU, Érik. 'Novos' Jornalismos Investigativos e Ciências Sociais: pensando empréstimos, diferenças e hibridizações. **Revista Parágrafo**, v. 4, n. 1 (2016): 28-39.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero do mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, n. 25 (2005). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 fev. 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível:** estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.